

# **ECONOMIA VERDE, IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPONSABILIDADE SOCIAL – DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E CONSCIÊNCIA AMBIENTAL E A SUSTENTABILIDADE**

Maria da Conceição Pereira Ramos

## **1 Introdução**

O modelo de desenvolvimento das sociedades contemporâneas faz-se acompanhar por desafios ambientais crescentes que ameaçam o equilíbrio do planeta, entre os quais: superaquecimento, redução da biodiversidade, poluição do ar e da água, escassez de água potável, riscos químicos e toxicológicos, riscos de acidentes industriais, por vezes de grande envergadura, e riscos à produção e distribuição de alimentos, que se tornaram problemas cruciais para a humanidade e, sobretudo, para os grupos sociais diretamente atingidos.

Dentre os desafios enfrentados pelas sociedades contemporâneas, os problemas ambientais estão entre aqueles que

de forma mais globalizada se apresentam (GONÇALVES, 2006). As questões ambientais tornaram-se uma preocupação central ao nível mundial, especialmente nos países desenvolvidos, assim como a tomada em consideração das interdependências econômicas, demográficas, educativas e dos recursos naturais. A temática ambiental tem evoluído nos diversos segmentos da sociedade como forma de autopreservação da espécie, ganhando visibilidade em nível global, assim como uma maior consciência ambiental, de modo a assegurar o desenvolvimento de maneira sustentável.

A partir do surgimento do conceito de *desenvolvimento sustentável*, passou a existir um discurso que procura condicionar a busca de um novo modelo de desenvolvimento aliado à conservação do meio ambiente e à responsabilidade social. O estudo das relações entre educação, emprego, economia, responsabilidade social, ambiente e desenvolvimento econômico, é da maior atualidade. É preciso analisar a formação e as condições de trabalho no quadro da proteção do ambiente e do desenvolvimento sustentável, tanto mais que o ambiente constitui um importante potencial de emprego e de formação. O sistema educativo tem um papel decisivo na satisfação das necessidades de qualificações, sendo necessário definir profissões estratégicas e formações prioritárias e fazer uma gestão antecipada das competências necessárias na área ambiental.

A investigação do tema “ambiente” é multifacetada, multidimensional e transdisciplinar, o que traz grandes desafios e proporciona uma ampla margem de inovação na intervenção, nomeadamente no domínio das políticas públicas.

Propomo-nos, através de uma abordagem transdisciplinar, analisar as seguintes problemáticas: codesenvolvimento, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade; desafios atuais dos migrantes e refugiados ambientais face a mudanças climáticas e catástrofes ambientais; importância da ética e responsabilidade

socioambiental no processo educativo e na consciência ambiental; economias e empregos verdes, potenciais de crescimento, de formação e de inclusão; necessidade de educação, formação, gestão ambiental e cidadania. Trata-se de considerar importantes aspectos sociais e éticos da educação, do trabalho, da economia, da sociedade e da responsabilidade social das instituições e dos cidadãos, visando a obtenção de um desenvolvimento sustentável que respeite o ambiente natural e melhore a qualidade de vida.

## **2 Ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade – o despertar da consciência ambiental**

O desenvolvimento sustentável, local ou global, integra preocupações ambientais, econômicas, sociais e culturais, razão por que falamos de diferentes pilares da sustentabilidade: o ambiental, o sociocultural e o econômico, atingindo um desenvolvimento social e econômico e preservando os recursos naturais e culturais (ADAMS, 2008; RAMOS, 2008, 2009, 2012). Iremos focar-nos principalmente no pilar ambiental, dada a particular relevância que tem vindo a assumir nos últimos anos. Neste pilar, evidencia-se a necessidade de gerir os recursos a longo prazo, fruto da escassez dos mesmos e de alterações climáticas, muitas vezes associadas a catástrofes ambientais.

Há um alargamento da dimensão econômica, com a perceção social do ambiente. As noções de *ambiente* e de *natureza* têm larga disponibilidade semântica, mesmo no campo científico. Podemos referir uma definição ampla de *ambiente* enquanto “lugar determinado ou percebido no tempo onde os elementos naturais e sociais estão presentes em relações dinâmicas e em interação” (REIGOTA, 1995, p. 14). Segundo a definição de Boaventura Sousa Santos (2004), na obra que organizou, *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*, “o termo biodiversidade, de facto, designa

a diversidade de organismos, genótipos, espécies e ecossistemas, mas também os conhecimentos sobre essa diversidade” (SANTOS, MENESES, NUNES, 2004, p. 51).

É na década de 1960, no decorrer da *Conferência Intergovernamental sobre o Uso e a Conservação da Biosfera*, organizada pela UNESCO, em Paris, em 1968, que surge o primeiro debate sobre sustentabilidade. Em 1972, o Clube de Roma divulga o estudo *The limits of growth* (MEADOWS *et al.*, 1972) e é publicada a *Declaração de Estocolmo*, formulada na *Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano*.

No que se refere ao conceito de *desenvolvimento sustentável*, foi a “Conferência do Rio” das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1992, que o consolidou e o fez ecoar num grande número de países, levando à divulgação internacional deste conceito, proposto no famoso relatório da Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento, o *Relatório Brundtland*, nome de um dos autores e coordenador do relatório, publicado em 1987 pelas Nações Unidas (WCED, 1987). O conceito de *desenvolvimento sustentável* considera que o uso dos recursos naturais para a satisfação das necessidades presentes não pode comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras.

No seio da “Conferência do Rio”, organizada pela ONU, em 1992, também conhecida por *Cimeira da Terra*, são assinadas as convenções para a diversidade biológica e para o combate às alterações climáticas globais, surgindo um documento importante a “Agenda 21”. Esta conferência das Nações Unidas teve subjacente a necessidade crucial de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra. Assim, no final da década de 1980, início da década de 1990, as alterações climáticas e a degradação da camada de ozono passam a ser tema central de vários protocolos e convenções (*Protocolo de*

*Montreal*, ONU), sendo criado o Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas.

Reconhecida a necessidade de atuação conjunta sobre as questões ambientais, é criado em 1994, em Washington, o Fundo Mundial para o Ambiente, cujo propósito é fomentar projetos direcionados para a perda de biodiversidade, as alterações climáticas, a degradação da camada de ozono, das águas internacionais e dos solos e os poluentes orgânicos persistentes. Em 1993, a Comunidade Europeia publicou o programa *Em direção a um desenvolvimento sustentável*, enunciando as principais medidas e os principais objetivos visando à integração ambiental nas políticas setoriais das economias.

No ano de 1997, diferentes acontecimentos marcarão o futuro das políticas ambientais internacionais e europeias: o *Tratado de Amsterdão* (UE), que reforça a política ambiental europeia; a *Conferência Rio +5* (ONU), que analisa os progressos na implementação dos acordos do Rio 92, em particular a *Agenda 21*; a assinatura do *Protocolo de Quioto*, que estabelece os limites para a redução das emissões de gases com efeito de estufa e a criação do “mercado de emissões” para os países desenvolvidos e os “mecanismos de desenvolvimento limpo” para os países em vias de desenvolvimento.

Em 2000, realiza-se a *Cimeira do Milênio* (ONU, 2000), na qual é adotada a *Declaração do Milênio*, destacando-se nesta cimeira das Nações Unidas o compromisso de erradicar a pobreza e o reconhecimento da importância de uma economia mundial mais justa.

Na *Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável* (Joanesburgo, 2002), sob os auspícios da Organização das Nações Unidas, são assumidos novos compromissos e metas necessárias à prossecução dos objetivos da sustentabilidade ambiental, social e econômica. Os compromissos mais importantes desta cimeira

terão sido a intenção de “reduzir de forma significativa a perda da biodiversidade até 2010” e a aprovação do *Plano de Implementação de Joanesburgo*, que operacionaliza as orientações da *Agenda 21*. O movimento ambientalista também exerceu e exerce importante influência, tanto na construção quanto na difusão de concepções e conceitos de sustentabilidade (MARTINEZ-ALIER, 2007).

Para Leff (2001), os princípios da sustentabilidade surgem no contexto da globalização como marco de um limite que reorienta o processo civilizatório da humanidade.

O surgimento do conceito de *ecodesenvolvimento*, proposto por Ignacy Sachs em 1973, defendeu a possibilidade de crescimento, desde que de forma sustentada, implicando uma mudança de paradigma (SACHS, 1986). Este autor ampliou o conceito de *sustentabilidade*, que envolve diferentes dimensões interligadas entre si: as dimensões social, ambiental, econômica, espacial ou territorial, cultural e política, entre outras. Para Sachs (2002, p. 58), a sustentabilidade do desenvolvimento é um desafio planetário, que procura conciliar o interesse econômico com os objetivos de políticas sociais e ambientais. Sachs (2004) assinala aspectos imprescindíveis para o desenvolvimento “socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado”: a ênfase no mercado interno, estimulando o emprego em setores com baixo conteúdo de importações, visando o desenvolvimento endógeno; a promoção de emprego decente e/ou autoemprego para todos, de forma a assegurar a sustentabilidade social e o crescimento econômico. Com este objetivo, são propostas políticas de incentivo ao emprego em atividades de conservação de energia e de recurso à reciclagem de materiais, à consolidação da agricultura familiar, ao estímulo do desenvolvimento rural e à pluriatividade.

A economia social e solidária é uma componente do desenvolvimento sustentável com expansão de iniciativas econômicas

diferentes das capitalistas, demonstrando que existem outras formas de produção e de consumo, regidas por lógicas sustentáveis e solidárias (SANTOS, 2003; RAMOS, 2011a). A expressão *economia solidária* pretende abranger a sustentabilidade, o meio ambiente, a diversidade cultural, o desenvolvimento local e uma outra mundialização. As organizações desta economia contribuem para o reforço da identidade local e têm potencial para colmatar desigualdades socioeconômicas e, simultaneamente, fomentar o desenvolvimento endógeno de base local e territorial, de importância crescente face às fragilidades territoriais e aos problemas econômicos, sociais, culturais, ambientais e políticos incutidos pela globalização. O crescimento sustentável assenta na melhoria das formas de repartição do rendimento e na geração de “economias de inclusão” para introduzir dinâmicas sustentáveis na vida coletiva. O conceito de *economia solidária* também se associa à ideia de consumo consciente, à defesa do meio ambiente e à produção de orgânicos. À medida que se promove o consumo consciente, os recursos existentes no planeta são utilizados de forma mais adequada, evitando a exaustão de recursos naturais (BAUMAN, 2011).

Para a obtenção do desenvolvimento local sustentável, há que satisfazer necessidades essenciais e qualidade de vida, economia e emprego, inclusão social, organizações democráticas e administração territorial, que evitem o êxodo das populações. O desenvolvimento local promove o dinamismo econômico e está associado a processos de melhoria das condições de vida das pessoas que habitam num determinado território, através da sua participação e exercício de uma cidadania ativa (RAMOS, 2011b). A noção de *desenvolvimento local* está relacionada com o desenvolvimento endógeno, diversificação das atividades econômicas e sociais e conservação da paisagem cultural e natural. O desenvolvimento endógeno reforça a importância dos aspetos econômicos, sociais e culturais da sustentabilidade, reencaminhando para o conceito de *ecodesenvolvimento* de Sachs (2007, p. 64), que “é

um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste na busca de soluções específicas para seus problemas particulares, levando em conta não só os dados ecológicos, mas também os culturais, bem como as necessidades imediatas e de longo prazo”.

O conhecimento que dá suporte à economia do ambiente, ou “economia ecológica”, desenvolveu-se desde o início dos anos 1980, num esforço para a gestão da sustentabilidade. A economia ecológica introduz novos indicadores e índices de sustentabilidade da economia (DALY; FARLEY, 2004; MARTINEZ-ALIER, 2007). A noção de sustentabilidade tem obrigatoriamente raízes nas reflexões de duas disciplinas científicas, a ecologia e a economia, que se tentam abrir uma à outra, procurando uma abordagem ecológica, holística e sistêmica, em que se misturam visão naturalista, ecologia global e concepção crítica e alargada dos fenômenos econômicos (VIVIEN, 1994).

Passet (1979) mostrou o equilíbrio cósmico entre o mundo dos homens e o da natureza, analisou o ciclo e as formas das trocas que é preciso respeitar, caso a humanidade não se queira destruir a ela própria. A preservação e a melhoria do ambiente, por serem inerentes ao aumento da qualidade de vida e defenderem o nosso patrimônio de recursos, são inerentes ao conceito de *desenvolvimento* (UZAWA, 1994). Assim, podemos qualificar de sustentável “todo o processo de transformação humana ou material que garante reprodução, sobrevivência e melhor qualidade de vida num horizonte temporal longo, pelo que também a economia terá de ser sustentável, sendo o social um dos seus atributos intrínsecos, de modo a gerir, permanentemente, a inclusão” (RAMOS, 2012a, p. 28-29).

### **3 Impactos ambientais – desafios atuais dos migrantes e refugiados ambientais**

Os impactos ambientais reestruturam o espaço e incidem diferentemente nas estruturas das classes sociais e na mobilidade das



populações. Coelho (2004) define *impacto ambiental* como sendo um processo de mudanças sociais e ecológicas causado por perturbações no ambiente. As alterações climáticas constituem um dos maiores desafios do século XXI, ameaçando aspectos fundamentais da existência, como a agricultura, o acesso à água, o ambiente, e as suas respostas devem ser integradas nas estratégias nacionais, territoriais, locais e culturais de desenvolvimento. A degradação ambiental percebida pelo desequilíbrio ecológico e a desigualdade social advindas do processo de desenvolvimento socioeconômico impuseram à população mundial um ônus incalculável.

O processo das alterações climáticas e as múltiplas catástrofes naturais, como as secas ou as enchentes, e, a longo prazo, a desertificação ou a subida do nível médio da água do mar forçam milhões de pessoas a deslocar-se. O desenvolvimento sustentável reduz a vulnerabilidade a catástrofes ambientais e alterações climáticas, podendo esta redução atenuar um dos importantes problemas atuais – o da migração forçada, ou dos chamados *refugiados ambientais* (BROWN, 2008; LACZKO; AGHAZARM, 2009; GEMENE *et al.*, 2011; PIGUET *et al.*, 2011). Segundo a definição do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), os refugiados ambientais são “pessoas que foram obrigadas a abandonar, temporária ou definitivamente, a zona onde tradicionalmente vivem devido ao visível declínio do ambiente (por razões naturais ou humanas), perturbando a sua existência e/ou a qualidade da mesma, de tal maneira que a subsistência entra em perigo”.

Ao longo da história existiram, com maior ou menor intensidade, os movimentos populacionais, em resposta ao crescimento demográfico, às alterações climáticas e às necessidades econômicas (CASTLES, 2005), constituindo os atuais migrantes e refugiados ambientais, desafios políticos, socioeconômicos e culturais (RAMOS, 2012a, b). Até 2050, cerca de 200 milhões de pessoas poderão abandonar as suas cidades devido a alterações climáticas, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas

(ONU). O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) estima que existam 25 milhões de refugiados ambientais.

Segundo o Banco Mundial (World Bank, 1994), 10 milhões de pessoas são anualmente forçadas a deslocar-se pelos grandes projetos de desenvolvimento. Destes, 4 milhões seriam expulsas das suas terras e casas para dar lugar aos lagos artificiais criados por grandes barragens. Outros 6 milhões seriam forçadas à mobilidade compulsória por outros grandes projetos: renovação urbana, trabalhos rodoviários e ferroviários, polos industriais, entre outros. Para o Banco Mundial, estes processos fazem parte da história natural do desenvolvimento do capitalismo e estão inscritos na evolução tanto dos países industrializados, como dos países em desenvolvimento. Esses projetos estão também inscritos nos processos de produção e reprodução da pobreza e da desigualdade a que as migrações/mobilidades forçadas de populações estão, quase sempre, associadas.

Qual é o lugar do território e quais os papéis do Estado e do capital financeiro nestes processos? É importante pensar nas consequências políticas, económicas e sociais próprias destes processos, que colocam desafios específicos aos movimentos populacionais. Estas questões não têm sido devidamente debatidas no âmbito das grandes obras que beneficiam, prioritariamente, o grande capital, com destaque para empresas da área de agronegócios, petroquímicas, mineradoras e grandes construtoras. Nesse contexto, a sociedade civil raramente é consultada sobre a oportunidade de realização da obra ou sobre as suas modalidades.

As populações atingidas são percebidas como “vítimas colaterais e inevitáveis” do inexorável processo de modernização, que pede sacrifícios sobretudo a grupos em situação vulnerável (HOGAN, 2005). Frequentemente, essas populações são deslocadas forçosamente de territórios onde secularmente viveram e de onde não desejariam sair. Milhares de pessoas são reassentadas em

locais sem condições de autodesenvolvimento devido à carência de políticas públicas eficazes. Além disso, produz-se uma inevitável rutura social, que desestrutura as relações interpessoais e gera um sofrimento que não pode ser mitigado por nenhuma compensação governamental. Face a esse quadro de violência e violação de direitos, essas obras geram polêmicas, explicitam divergências entre governos, empresas privadas e movimentos sociais, que alertam para a extração predatória dos recursos naturais e as violações de direitos humanos e sociais expressos na destruição de floras, faunas, deslocamentos populacionais com prejuízos e riscos para os moradores deslocados (MARTINEZ-ALIER, 2007; SEVÁ, 2010).

O impacto dos fatores ambientais nos deslocamentos deve ter em conta as percepções socioculturais e as representações dessas ameaças pelas populações atingidas. A mudança climática é vivida de forma diferente segundo as regiões e as categorias sociais afetadas, uma vez que a vulnerabilidade relativamente ao ambiente é o resultado de fatores socioeconômicos, culturais e geográficos específicos, que modelam cada sociedade. As relações dinâmicas e interativas apontam para a constante mutação resultante da dialética das relações entre os grupos sociais e o meio “natural” e construído, implicando um processo de criação permanente que caracteriza culturas, em tempos e espaços específicos (REIGOTA, 1995).

As consequências das alterações climáticas variam entre as regiões, as gerações, a idade, as classes sociais, os níveis de rendimento, as profissões e o sexo, afetando sobretudo os mais desfavorecidos. As mulheres funcionam como agentes de mudança na gestão dos recursos naturais da comunidade, na inovação, na agricultura, na pesca e cuidados básicos e têm um papel-chave na adaptação às mudanças climáticas e no desenvolvimento sustentável (BRAIDOTTI *et al.*, 1994; OIT, 2009; RAMOS, N., 2012). Há que criar oportunidades, ao nível nacional e local, para educar as mulheres e os homens no domínio das mudanças climáticas e aproveitar os

seus conhecimentos e capacidades de gestão dos recursos naturais quando se elaboram políticas e iniciativas de adaptação e redução das consequências das alterações climáticas. As contribuições dos impactos das questões de gênero no meio ambiente e no âmbito de projetos de desenvolvimento precisam de ser consideradas.

O século XXI traz para a agenda política internacional e europeia novos desafios: a globalização e a urbanização explosiva. É importante dar respostas aos desafios colocados pela vulnerabilidade de migrantes urbanos. Os fluxos contínuos de migrantes, refugiados e outros deslocados são um dos fatores que levam ao rápido crescimento das cidades. Muitas destas pessoas vêm de zonas rurais ou pequenas cidades atraídas para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida, migrando, também, devido a fragilidades ambientais ou para se adaptar às mudanças climáticas. Estas pessoas forçadas a migrar buscam, frequentemente, proteção e oportunidades que as cidades podem oferecer, mas podem acabar vivendo em comunidades carentes superpovoadas ou em bairros periféricos sem os mínimos serviços básicos. A questão da urbanização e das cidades tem sido debatida na Europa já desde o ano de 1994 – primeira *Conferência sobre Cidades Europeias Sustentáveis – Carta de Aalborg* (Dinamarca, 1994). Esta Carta assume as cidades como entidades passíveis de serem sustentáveis, passando essa sustentabilidade por ser um processo criativo, local e equilibrado, lançando questões relacionadas com os padrões de uso sustentável do território.

A gestão da diversidade cultural nas zonas urbanas constitui uma das grandes preocupações do Conselho da Europa e da Comissão Europeia, instituições que lançaram, em 2008, o projeto “cidades interculturais”, de modo a fazerem da cidade um espaço aberto e plural e um lugar privilegiado de diálogo intercultural. Com o turismo, sobretudo para as cidades, e com a migração que ocorre essencialmente do campo para os meios urbanos, registra-se um aumento sem precedentes de contatos entre as culturas,

colocando também sérios desafios à gestão da diversidade cultural, à comunicação intercultural e ao planejamento urbano (RAMOS N., 2008). Perante tudo isto, há que encontrar meios inovadores e sustentáveis para apoiar as pessoas deslocadas e quem as acolhe. Face ao aumento da população nas cidades é necessário pensar as infraestruturas em termos mais “verdes”, respondendo a problemas graves que caracterizam os meios urbanos, como o ruído e a poluição (PATRÍCIO, 2012a,b).

#### **4 Importância da cidadania e responsabilidade social, ética e ecológica no processo educativo**

A economia é “bárbara” (SAINT MARC, 1994) pela degradação alarmante do nosso ambiente físico e social, sendo necessário conceber o ambiente na base de uma nova ética. As empresas estão no centro do problema ambiental: ao criar e transformar produtos para satisfazer os consumidores, resultam impactos sobre a natureza (poluição e consumo de recursos) e sobre o Homem (agressão à saúde pública e segurança). Torna-se assim necessário introduzir novas tecnologias de processos menos poluentes e compatíveis com a proteção ambiental e criar novas formas de organização empresarial que incorporem o fator ambiente, a qualidade e a segurança no trabalho (UNEP, 2008; ILO, 2012). É preciso integrar o ambiente através de uma reorganização interna da empresa e de uma reafectação de recursos. O desenvolvimento de normas de ambiente mais restritivas pode encorajar as empresas a adaptar-se a tecnologias menos poluentes e a investir em novos domínios de produção que respeitem o mesmo.

Estamos perante uma mudança na visão e estratégia empresarial notada por Porter e Van der Linde (1995): “para evitar incorrer nos mesmos erros, os gestores têm de começar a reconhecer a melhoria ambiental como uma oportunidade económica e

competitiva, não como um custo irritante ou uma ameaça inevitável”. Para estes autores, “programas ambientais bem desenhados podem espoletar inovações e baixar o custo total do produto ou melhorar o seu valor”, pelo que o investimento de muitas empresas em programas ambientais é um aspeto fulcral da sua competitividade.

A cidadania empresarial ou responsabilidade social ganha importância e desperta responsabilidades alargadas na comunidade empresarial e no processo de formação, ultrapassando o contributo para o crescimento da economia e do emprego e abrindo caminho a uma intervenção mais globalizante da gestão empresarial: incentivar o exercício da cidadania, acautelar a dimensão ética dos negócios, participar no desenvolvimento social, cultural e ambiental das comunidades e contribuir ativamente para o reforço da coesão social (RAMOS, 2011a, b). A responsabilidade social empresarial (RSE) é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com os públicos com que se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

É nos anos 1990 que a gestão europeia passou a dar particular destaque à responsabilidade social enquanto estratégia integrada da gestão empresarial. No Livro Verde *Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*, a Comissão Europeia (2001) define a noção de responsabilidade social empresarial: “é essencialmente um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo [...]. Esta responsabilidade manifesta-se em relação aos trabalhadores e, mais genericamente, em relação a todas as partes afetadas pela empresa e que, por seu turno, podem influenciar os seus resultados” (parágrafo 8).

O Livro Verde da Comissão Europeia (2001) analisa duas grandes dimensões da responsabilidade social empresarial (RSE): a interna e a externa. A dimensão interna diz respeito aos trabalhadores e, nomeadamente, ao investimento no capital humano, na gestão dos recursos humanos, na saúde e segurança no trabalho, na gestão da mudança e adaptação à mudança (critérios de reestruturações), e incorpora aspetos relativos à gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais. A dimensão externa da RSE incide sobre as comunidades locais, os parceiros comerciais, os fornecedores e consumidores, as autoridades públicas e as ONG, direitos humanos e preocupações ambientais globais.

A construção de uma Europa Social exige formação ao nível da responsabilidade social centrada em diferentes dimensões: aprendizagem ao longo da vida; empregabilidade ativa; prevenção de riscos profissionais; promoção do desenvolvimento sustentado; ecoeficiência; diálogo social; respeito e promoção de um ambiente saudável.

A necessidade de promover uma melhor coordenação entre empregados e empregadores, no sentido de considerar o impacto dos sistemas de produção, no ambiente, nas condições laborais e nas políticas de trabalho, faz-se sentir (ILO, 2012; OECD, 2012). Os poderes públicos devem encontrar os meios mais eficazes de regulamentar os comportamentos e as políticas, a fim de minimizar os custos de gestão e de adaptação das empresas. Na procura de uma melhoria sistêmica planetária, os autores da obra *Consciência e desenvolvimento sustentável nas organizações* (GUEVARA *et al.*, 2009) salientam que, para além das questões relacionadas com o contexto das organizações, é necessário um repensar sistêmico que transcenda a visão individual e apelam à necessidade de um desenvolvimento sustentável local e global.

Devemos conceber o ambiente na base de uma nova ética, ter em atenção as relações entre empresas e sociedade, a responsabilidade

social, a cidadania e a sustentabilidade empresarial, o que exige a adoção de estratégias e políticas que passam pela formação de competências e qualificações técnicas e éticas para a gestão ambiental e a construção de uma consciência de responsabilidade social das organizações e dos cidadãos (SEIFFERT, 2007; RAMOS, 2008, 2009, 2012; GUEVARA et al., 2009). O estudo da responsabilidade social empresarial deve ser entendido como “uma área de interesse inter e multidisciplinar”, para cuja compreensão se torna indispensável mobilizar contributos das mais variadas ciências sociais e humanas, seja a educação, a economia ou a gestão (OLIVEIRA, 2008), incorporando nos conteúdos curriculares cada vez mais os conceitos e as questões de sustentabilidade e de responsabilidade social.

A *Carta da Terra*, aprovada pelas Nações Unidas em 2002, é uma declaração universal para orientar a humanidade no sentido de uma consciência ambiental e para criar uma ética global generalizada, um código de conduta planetário para pessoas e nações, rumo a sociedades sustentáveis. Os seus valores e princípios são os seguintes: respeitar e cuidar da comunidade da vida; integridade ecológica; justiça social e econômica; democracia, não-violência e paz.

Particularmente relevante no processo de afirmação da responsabilidade social a nível mundial e da sua crescente visibilidade, foram os movimentos de opinião pública e dos *media* que têm sujeitado a atividade econômica e empresarial a um maior escrutínio e transparência no relacionamento com os cidadãos e com o meio ambiente.

## **5 Economia verde, potencial de crescimento, de emprego e de formação**

A economia verde é um setor motor de crescimento, criador de emprego e de redução da pobreza, favorecendo o poder de compra e o bem-estar. Os empregos verdes proporcionam trabalho digno e



rendimentos que contribuem para um crescimento sustentável da economia. Assistimos a uma tomada de consciência crescente das potencialidades das medidas de proteção e de melhoria do ambiente para a criação de emprego e o desenvolvimento de novas atividades (UNEP, 2008; RAMOS, 2008, 2009, 2012; OECD, 2011, 2012).

O conceito de *emprego verde* (re)emerge no discurso político internacional, não só na perspectiva do setor do ambiente como fonte de emprego, mas integrado numa dinâmica mais vasta de transição para uma economia sustentável ou economia verde, encontrando exemplo nas eco indústrias, que têm conhecido um grande desenvolvimento nos últimos anos. As definições de *emprego verde* ultrapassam a lógica de articulação de políticas de emprego com políticas de ambiente e integram os pilares do desenvolvimento sustentável em todas as atividades, ultrapassando as fronteiras estritas da dimensão ambiental, incluindo aspetos de equidade social, eficiência e eficácia económicas, proteção e gestão do ambiente, boa governação e dinâmica institucional (UNEP, 2008; ILO, 2012).

O termo *emprego verde* engloba tanto os empregos diretos, como indiretos: técnicos que medem a poluição de um rio; secretárias e pessoal administrativo das eco indústrias; lixeiro; técnico comercial de uma empresa de despoluição; jurista especialista em direito ambiental, entre outros.

Os “empregos verdes” têm contribuído para o crescimento e as dinâmicas locais do mercado de trabalho, abrangendo “uma grande variedade de funções na organização do território, desenvolvimento local, economia urbana e industrial, ecologia rural e local, educação e formação dos trabalhadores” (RAMOS, 2009, p. 12). Assinalamos as novas oportunidades de emprego com o crescimento das atividades económicas associadas ao ambiente (nomeadamente no setor dos resíduos sólidos urbanos) e a necessidade de se definir áreas prioritárias de formação neste domínio (perfis profissionais,

perfis de emprego, entre outros) e profissões estratégicas (que se afiguram indispensáveis para as transformações tecnológicas e/ou organizacionais). Há que identificar e aplicar programas destinados a apoiar a educação e a formação que facilitem o desenvolvimento das competências necessárias para criar novos empregos verdes (DIAS; RAMOS, 2010). O mercado de trabalho exige diferentes aptidões profissionais, adaptadas às novas realidades da economia verde, pelo que as instituições de formação terão de saber ajustar a sua oferta formativa e desenvolver novos perfis profissionais.

Associam-se à economia verde um elevado potencial de criação de emprego e uma significativa capacidade de racionalização dos consumos energéticos, procurando organizar as atividades e as infraestruturas no sentido de melhorar os resultados naturais e humanos, com redução de emissões nocivas e melhor utilização de recursos. Estas preocupações de economia verde e de sustentabilidade estão por detrás de iniciativas de carácter supranacional, como a estratégia *Europa 2020*, da Comissão Europeia, a *Green Economy Initiative*, das Nações Unidas, UNEP (United Nations Environment Programme) e a *Green Growth Strategy*, da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico). Em Junho de 2012, a *Conferência Rio+20* centrou-se na questão da economia verde no quadro institucional do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza.

O projeto ambiental TEEB, da Organização das Nações Unidas (ONU), sobre “A economia dos ecossistemas e da biodiversidade” salientou os benefícios económicos globais da biodiversidade e os custos crescentes da sua perda e da degradação dos ecossistemas. Segundo as estimativas da ONU, se não forem tomadas medidas adequadas para travar as tendências atuais de degradação ambiental, os custos dos danos na biodiversidade e nos ecossistemas poderão atingir 18% do PIB mundial, em 2050 (SUKHDEV *et al*, 2010).

Debatem-se, atualmente, os impactos econômicos, socioculturais, ambientais e locais do “turismo sustentável” e atividades relacionadas, como a agricultura e a pesca (SAARINEN, 2006; RAMOS, N., 2012). O debate sobre a sustentabilidade do turismo foi influenciado pela evolução do conceito de desenvolvimento sustentável. O turismo sustentável é definido pela Organização Mundial do Turismo (OMT) como aquele que é ecologicamente sustentável no longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais, propiciando um desenvolvimento sustentável. Há que promover o turismo sustentável e o eonegócio, respeitando a herança cultural, os recursos naturais, os modos de vida e o desenvolvimento econômico e mantendo, ao mesmo tempo, a coesão social e a sua identidade. No turismo, a adaptação às mudanças climáticas modifica a forma de viajar das pessoas, podendo afetar o emprego neste setor, importante polo de criação de postos de trabalho. O turismo é um setor trabalho-intensivo, no qual o crescimento do emprego tem sido superior ao observado nos restantes setores da economia, ainda que muito deste acréscimo se deva a emprego de cariz sazonal. A formação em turismo é uma componente importante da qualificação profissional e deve estar em conformidade com as exigências do desenvolvimento sustentável, que respeite as dimensões ambientais, sociais e culturais. O acesso do profissional à formação superior em turismo sustentável é elemento de responsabilidade social das instituições de educação. São notórios os avanços acadêmicos e profissionais que vêm ocorrendo neste setor, com cursos de profissionalização e especialização, estudos de impactos sócio-econômico-ambientais e processos de certificação, colocando importantes desafios à formação e qualificação dos recursos humanos na área turística (ARAUJO, 2011).

É importante conhecer a diversidade dos novos empregos verdes, a sua estabilidade e as condições de trabalho associadas. A importância dos problemas do ambiente, saúde e proteção no

trabalho estão presentes nas diferentes regulamentações. A crescente globalização da economia coloca o problema da harmonização da regulamentação ambiental a nível regional e internacional, mas também o da consciencialização e educação ambiental a nível global.

## **6 Praxis ambiental educativa e diálogo entre diferentes saberes – necessidade de educação, formação, gestão ambiental e cidadania**

Em cumprimento da recomendação feita na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, promovida pela ONU em Estocolmo, em 1972, foi lançado, em 1975, pela UNESCO e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA). No quadro deste programa, realizaram-se várias reuniões internacionais que culminaram na *Conferência Intergovernamental de Tbilisi* (URSS), em 1977, onde se definiu que “a educação ambiental deve ajudar a criar uma consciência de interdependência econômica, política e ecológica do mundo moderno, com a finalidade de acentuar o espírito de responsabilidade e de solidariedade entre as nações. Trata-se de um requisito básico para resolver os graves problemas ambientais”. Em 1987, teve lugar em Moscovo o *Congresso Internacional UNESCO-PNUMA* sobre a educação e a formação relativa ao meio ambiente, de que resultou um documento denominado *Estratégia Internacional de Ação em Matéria de Educação e Formação Ambiental*, para o decénio de 1990. Também em 1992, o *Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*, produzido na Jornada de Educação Ambiental, durante o Fórum Internacional das ONGs – Rio/92, delimitou princípios básicos de educação para as sociedades sustentáveis e responsabilidades globais.

A educação ambiental é um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio

ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros (UNESCO, 1987, 1990).

Em Portugal, a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986, reconheceu a Educação Ambiental (EA) nos novos objetivos de formação dos alunos, definição abrangente a todos os níveis de ensino. A EA desenvolveu-se especialmente durante os anos 90 do século XX com um conjunto de atividades cívicas e educacionais, assim como determinações e políticas ambientais, impulsionadas pela entrada de Portugal na Comunidade Europeia, em 1986. O Ministério da Educação introduziu gradualmente referências à educação cívica e educação para a cidadania com caráter transversal, o que tem contribuído para a implementação de projetos de educação ambiental a nível do sistema educativo.

A adoção de estratégias de desenvolvimento sustentável suscita a pertinência da consciência das relações entre formação, emprego e ambiente. Desde os anos 90 do século XX que temos vindo a chamar a atenção para a necessidade de reforçar o componente ambiental no sistema educativo e no sistema de formação para a preparação dos agentes indispensáveis à implementação e desenvolvimento da política ambiental em Portugal (quadros da administração pública, membros do poder local, empresários, entre outros) (RAMOS, 2008, 2009, 2012). Ao afirmarmos a necessidade da dimensão ambiental como uma importante característica da formação profissional, enfatizamos a necessidade da interação de temas relativos ao meio ambiente nos currículos escolares e académicos, atendendo não só à exigência do mercado de trabalho, mas principalmente como função inerente a uma formação holística que se relaciona diretamente com o exercício da cidadania.

É importante discutir as questões ambientais aliadas à necessidade de se construir uma nova visão do mundo e do processo

educativo, elucidando os princípios da educação ambiental na formação da cidadania (LOUREIRO *et al.*, 2002; ARAUJO e RAMOS, 2011). Uma educação ambiental para a cidadania deve proporcionar a compreensão individual e coletiva do modo de vida das pessoas, no contexto de determinada formação histórico-social, e contribuir para resolver problemas concretos do meio ambiente, assim como motivar o cidadão a assumir uma atitude crítica face à realidade (NETO, FILHO, BATISTA, 2010).

Como afirma Soromenho Marques (1998, p.104), “A médio e longo prazos, a chave central desse futuro sustentável da política de ambiente passa, sem nenhuma dúvida, pelo entendimento da Educação Ambiental como elemento decisivo da competência cívica do nosso tempo: nos dias que correm não se pode ser cidadão sem algumas competências ambientais mínimas. Trata-se de uma outra e nova forma de alfabetização”.

A escola constitui-se num espaço com potencialidade estratégica, capaz de articular diferentes saberes, sistematizando uma nova cultura, uma ecopedagogia, ou pedagogia da sustentabilidade, o que remete para a emergência do *ecoprofessor*, figura capaz de educar para a construção da cidadania planetária (GUTIÉRREZ; PRADO, 1999). A educação ambiental apresenta maior vitalidade nos anos iniciais de formação, adquirindo papel estratégico na educação de jovens e adultos como protagonistas no processo de transição para uma sociedade sustentável (SCHMIDT; NAVE; GUERRA, 2010). Em Portugal, identifica-se uma forte presença das Organizações não-Governamentais do Ambiente (ONGAs), tanto em relação à educação não formal, como à educação formal.

O estudo de Araujo e Ramos (2011) tentou compreender a realidade portuguesa no que diz respeito à implementação da educação ambiental nos cursos de formação inicial de educadores, através da análise dos programas das disciplinas e de entrevistas

a professores do norte de Portugal. Os resultados mostram que não existe intencionalidade de inserir as questões ambientais nas discussões em sala de aula, sendo estas questões abordadas de maneira frágil.

Os conceitos de *sustentabilidade e responsabilidade social* empresarial envolvem diversos conteúdos curriculares, o que leva a questionar: como é que os cursos superiores de ciências econômicas e empresariais têm inserido estas questões? No que se refere ao meio ambiente e educação ambiental, estudando exemplos de universidades portuguesas e brasileiras, observa-se até há anos recentes que em Portugal e no Brasil a temática ambiental chegava ao ensino superior de forma bastante difusa, não se constituindo em projetos institucionais de inserção da educação ambiental, mas antes na introdução de disciplinas relacionadas com o meio ambiente em cursos de graduação e pós-graduação ou de oferta de cursos específicos da área ambiental, respondendo a necessidades econômicas do mercado de trabalho e preterindo a formação cidadã (BATISTA; RAMOS, 2011).

Existe, no entanto, um esforço institucional para o processo de sensibilização das questões ambientais nos espaços acadêmicos, o que é visível, por exemplo, na Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP), onde medidas importantes, como a reciclagem de resíduos sólidos, vêm sendo adotadas com o envolvimento da comunidade acadêmica ou através da sensibilização dos alunos e da comunidade educativa para esta problemática, como ilustram projetos de sustentabilidade ambiental liderados por associações de estudantes, como a *FEP Solidária* e a AIESEC (Associação Internacional de Estudantes de Ciências Econômicas e Comerciais). Estas preocupações alargam-se à Universidade do Porto. Por exemplo, num concurso de negócios sociais (Abril 2012), os estudantes foram incentivados a desenvolver um plano de negócio social a ser implementado na região. Ganhou o projeto “Separar

para ganhar, do plano à prática”, que consistia em remunerar os particulares que decidissem separar e entregar o lixo reciclável, vencendo a ideia, a análise econômica do negócio, a sustentabilidade das conclusões e o projeto que aliou a componente social à geração de receitas e lucros. Os critérios consideraram a implementabilidade do modelo, a pertinência, o impacto socioeconômico, a criatividade e a inovação. As associações e outras entidades coletivas poderiam receber determinado valor monetário por separar o lixo e entregá-lo à empresa idealizada. Ao existir um incentivo monetário, o incremento da separação dos resíduos seria muito maior e traria benefícios a vários níveis.

É preciso assinalar a importância das atividades de natureza pedagógica na responsabilidade social das universidades e enfatizar as responsabilidades relativas ao plano pedagógico dos universitários (*United Nations Global Compact*, 2008). Na universidade, forma-se, simultaneamente, o profissional e o cidadão que atuará na sociedade, nas empresas e noutros tipos de organizações, sendo necessário desenvolver as capacidades dos estudantes para serem futuros geradores de sustentabilidade nos negócios e na sociedade e trabalharem por uma economia global inclusiva e sustentável. Nas questões de ambiente e transversalização curricular, há que atender às experiências dos estudantes, essenciais para a sua capacitação e *empowerment* no domínio ambiental.

Não só é necessário integrar a compreensão das questões ambientais nos programas escolares e universitários, como faz falta formação permanente para o grande público, nomeadamente dinamizadores do setor rural, técnicos, engenheiros e outros recursos humanos que trabalham nas empresas, autarquias e administração pública, etc. (RAMOS, 2008, 2009, 2012). A formação de estudantes, professores, investigadores e outros profissionais permite à Universidade desenvolver um papel ativo na formação de pessoas qualificadas em relação ao tema do meio ambiente, sendo que é



ainda insuficiente a formação profissional na área do ambiente e do desenvolvimento sustentável. Portugal não tem ainda fortemente consolidadas políticas educacionais visando a formação ambiental dos profissionais da educação, sendo pouco implementado no quotidiano o propósito de construir valores éticos que estimulem a formação da cidadania ambiental (ARAUJO; RAMOS, 2012).

## 7 Considerações Finais

As estratégias de desenvolvimento sustentável suscitam a tomada em consideração dos impactos ambientais, das relações entre educação, emprego, economia, ambiente, ética e responsabilidade social.

A necessidade de uma educação centrada nas questões ambientais tem origem nos problemas ecológicos e sociais, expressos nas condições e qualidade de vida a que a maioria da população está submetida. A educação ambiental procura desenvolver a consciência crítica e a participação do cidadão ao nível nacional, mas também planetário, e torná-lo apto a enfrentar situações em contextos sociais e culturais diversos, pois o cidadão bem formado poderá ser peça-chave na consolidação de um desenvolvimento sustentável. A escola não é o único, mas é um dos principais locais para esse desafio, a começar pela forma como as práticas dos docentes de diferentes ciclos de escolaridade não superior abordam a importância da biodiversidade (ALMEIDA, 2007).

As *economias verdes* associam-se a um conjunto de atividades com preocupações de sustentabilidade e objetivos de desenvolvimento que promovam valores cooperativos e solidários, capacidades educativas, cívicas e organizacionais, lógicas inclusivas de equidade e de justiça social, relações sociais mais equilibradas e novos saberes. A preservação ambiental não está dissociada do modelo económico e da ética a que estamos submetidos.

A capacidade de apontar novos caminhos para o modo de organização social que consome os recursos naturais do planeta está associada à competência de desenvolvermos tomadas de decisão baseadas na consciência da realidade planetária. Há necessidade de um desenvolvimento sustentável local, mas também global, na procura de uma melhoria sistêmica planetária. A compreensão da problemática ambiental requer uma visão holística, sistêmica e transdisciplinar dos fatos que a desencadeiam como forma de perceber a sua extensão e complexidade. A sustentabilidade planetária implica um conjunto de transformações sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais.

A *Declaração do Milênio*, adotada em 2000 por 189 Estados Membros da Assembleia Geral das Nações Unidas, lançou um processo de cooperação global e aprovou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para a comunidade internacional, que deverão ser atingidos até 2015 (ONU, 2000). Um dos objetivos visa garantir a sustentabilidade ambiental: integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a atual tendência para a perda de recursos ambientais; reduzir para metade, até 2015, a percentagem de população sem acesso permanente à água potável e melhorar significativamente, até 2020, a vida de pelo menos 100 milhões de habitantes em bairros degradados. Outros objetivos visam erradicar a pobreza extrema e a fome, assim como criar uma parceria global para o desenvolvimento.

A promoção da multi-interdisciplinaridade e o diálogo entre diferentes saberes e práticas constituem uma etapa importante para a melhoria da prevenção dos riscos ambientais e para um novo paradigma de gestão ambiental. A participação dos especialistas das diferentes ciências é essencial para a promoção da sustentabilidade, havendo ainda muito por fazer, nomeadamente nos domínios da consciencialização ambiental, da educação e da formação. É necessário conjugar também as diferentes políticas e cooperação

interinstitucional, isto é, os esforços dos diferentes níveis da administração pública e dos ministérios (Ambiente, Educação, Emprego, Economia, Agricultura, entre outros).

As políticas ativas de emprego e o sistema educativo devem instaurar programas específicos de formação, a fim de responder às novas competências necessárias na área ambiental e cívica. A educação ambiental tem por alicerce o respeito à vida e a cidadania. A inserção das questões ambientais no processo educativo requer uma prática, nos espaços formais e não formais, que desenvolva atitudes e conhecimentos para que o cidadão e educador possa agir ativamente e de forma competente na sociedade e no quadro da sua profissão. As questões do ambiente exigem a adoção de estratégias de formação de competências e qualificações técnicas e éticas para a construção de uma consciência da responsabilidade social das organizações e dos cidadãos.

É necessário prosseguir os esforços ao nível educativo e da cidadania e melhorar a tomada em consideração do impacto ambiental sobre as condições de vida e de trabalho e a formação. Um desafio importante, para além da efetiva aplicação das políticas, passa pela educação para a cidadania ambiental e para o desenvolvimento sustentável.

Que tipo de crescimento económico e paradigma de desenvolvimento queremos? É necessário um novo paradigma socioeconómico, uma economia multidimensional que reconheça a paridade entre os diferentes pilares do desenvolvimento sustentável, em que os bem-estares social, económico, ambiental e cultural são inseparáveis, para construir um mundo ecologicamente viável, com maior equidade e coesão social, culturalmente diverso, e competente do ponto de vista das respostas económicas, cívicas e educacionais.

## Referências

ADAMS, W. M. **Green development: environment and sustainability in a developing world**. 3. ed. London: Routledge, 2008.

ALMEIDA, António. **Educação ambiental**. A importância da dimensão ética. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

ARAUJO, Domira Fernandes. Formación Profesional en Turismo e Inserción en Mercado Laboral: Un estudio de caso del Polo Turístico Salvador/Bahia, Brasil y su Entorno. **Estudios e Perspectivas en Turismo**. Vol. 20, nº 1, p. 57-74, Revista CIET, 2011, Buenos Aires.

ARAUJO, Maria Inês Oliveira; RAMOS, Maria Conceição Pereira. A educação ambiental e seu papel na formação da cidadania. In **ANAIS Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste XX EPENN, Educação, Culturas e Diversidades**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 23-26/08/2011.

ARAUJO, Maria Inês Oliveira; RAMOS, Maria Conceição Pereira. Cidadania planetária : um estudo em Universidades Portuguesas. In **VI Encontro Nacional da ANPPAS**, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, Universidade federal do Pará, Belém, 18-21/09/2012.

BATISTA, Maria Socorro Silva; RAMOS, Maria Conceição Pereira. Desafios da educação ambiental no ensino superior – das políticas às práticas no Brasil e em Portugal. In **Políticas Públicas e Gestão da Educação**. XXV Simpósio Brasileiro e II Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, Universidade de São Paulo, ANPAE, 26-29/4/2011. Disponível em: [www.anpae.org.br/simposio2011](http://www.anpae.org.br/simposio2011)

BAUMAN, Zygmunt. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BRAIDOTTI, Rosi; CHARKIEWICZ, Eva; HAUSLER, Sabine; WIERINGA, Saskia. **Women, the environment and sustainable development: towards a theoretical synthesis**. London: Zed Books with In straw, 1994.

BROWN, Oli. **Migration and climate change: assessing the evidence**. Geneva: International Organization for Migration (IOM), 2008.

CASTLES, Stephen. **Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios**. Lisboa: Ed. Fim de Século, 2005.

COELHO, Maria Célia Nunes. Impactos Ambientais em Áreas Urbanas: teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In GUERRA, António José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista (Orgs.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p.19-45.

COMISSÃO EUROPEIA. **Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas. Livro Verde**. Bruxelas, 2001 (COM-2001-366).

DALY, Herman ; FARLEY, Joshua. **Ecological economics: principles and applications**. Washington, D. C.: Island Press, 2004.

DIAS, Gabriela Prata; RAMOS, Tomás (Coord.). **Estudo sobre empregos verdes em Portugal**. Lisboa: GEP, MTSS, col. Cogitum, n.º 35, 2010.

EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURAS. **Educação e ambiente**. Temas transversais. n. 21, 2003, CIIE, Porto: Afrontamento.

GEMENE, François; BRUCKER, Pauline; GLASSER, Joshua (Ed.). **The state of environmental migration (SEM) 2010**, Study n. 07/2011, décembre, IDDRI/OIM, 2011.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A Globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GUEVARA, Arnaldo José Hoyos *et al.* (Orgs.). **Consciência e desenvolvimento sustentável nas organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. São Paulo: Cortez, 1999.

HOGAN, Daniel Joseph. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, vol. 22, n.º 2, p. 323-338, Jul./Dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v22n2/v22n2 a 08.pdf>

ILO. **Working towards sustainable development: opportunities for decent work and social inclusion in a green economy**. Geneva: ILO, 2012.

LACZKO, Frank ; AGHAZARM, Christine (Eds.). **Migration, environment and climate change: assessing the evidence**. Geneva: International Organization for Migration (IOM), 2009.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo ; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo S. (Orgs.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

MEADOWS, Donella; Meadows, Dennis; Randers, Jorgen; Behrens, William. **The limits of growth**. MIT, Clube de Roma, 1972.

NETO, António Cabral; FILHO, Francisco Dutra Macedo; BATISTA, Maria Socorro Silva (Orgs.). **Educação ambiental**. Brasília: Liber Livro Editora, 2010.

OECD. **Towards green growth**. Paris: OCDE, 2011.

OECD. What Green Growth Means for Workers and Labour Market Policies: An Initial Assessment. **OECD Employment Outlook 2012**. Paris: OCDE, 2012, p. 163-218.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). **Empregos verdes: melhorar o clima também para promover a igualdade de género**. Genebra: BIT, 2009.

OLIVEIRA, José António Puppim. **Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Editora Campus-Elsevier, 2008.

ONU. **Objectivos do desenvolvimento do milénio**. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 2000 ([www.onu.org](http://www.onu.org)).

PASSET, René. **L'économique et le vivant**. Paris: Payot, 1979.

PATRÍCIO, Olívio. Meio ambiente, transportes e poluição. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, Universidade Federal de Sergipe (UFS), nº 8, p. 41-56, Janeiro/Julho 2012a.

PATRÍCIO, Olívio. Ruído e meio ambiente. In: SERAFIM, José Francisco; SANTANA, Sergio Ricardo Lima (Orgs.) **Representações do meio ambiente: clima, cultura, cinema**. Salvador: Edufba, 2012b, p. 61-86.

PHILLIPE, JR, Arlindo ; PELICIONI, M. C. Focesi. **Educação ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2005.

PIGUET, Étienne; PÉCOUD, Antoine; GUCHTENEIRE, Paul (Eds.) **Migration and climate change**. UNESCO Publishing/Cambridge University Press, 2011.

PORTER, Michael; VAN DER LINDE, Claas. Green and competitive. Ending the stalemate. **Harvard Business Review**, p. 120-134, 1995.

RAMOS, Maria Conceição Pereira. Training, employment and new competences for a sustainable development. **Review of International Comparative Management**, n.º 9, vol. 2, p. 15-32, 2008.

RAMOS, Maria Conceição Pereira. Questions de l'environnement et contemporanéité. **Contemporanea**. Revista de Comunicação e Cultura, vol. 7, n.º 1, 2009, 24 p., UFBA. Disponível:<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3601/2669>

RAMOS, Maria Conceição. Economia solidária, plural e ética, na promoção do emprego, da cidadania e da coesão social. **Laboreal**, 7, (1), p. 81-104, 2011a, Disponível:<http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56oTV658223533894:245552>

RAMOS, Maria Conceição Pereira. Economia solidária, inovação social, empreendedorismo e desenvolvimento local. In: ALCOFORADO, Luís *et al.* **Educação e formação de adultos: políticas, práticas e investigação**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011b, p. 259-270.

RAMOS, Maria Conceição Pereira. Ambiente, Educação e Interculturalidade. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, Universidade Federal de Sergipe (UFS), nº 8, p. 27-39, Janeiro/Julho 2012a.

RAMOS, Maria Conceição Pereira. Educação ambiental, empregos verdes e sustentabilidade. In: SERAFIM, José Francisco; SANTANA, Sergio Ricardo Lima (Orgs.) **Representações do meio ambiente: clima, cultura, cinema**. Salvador: Edufba, 2012b, p. 15-36.

RAMOS, Natália. A diversidade cultural da cidade: problemas e desafios. In RUBIM, Linda; MIRANDA, Nadja (Orgs.). **Transversalidades da cultura**. Salvador: Edufba, 2008, p. 133-179.

RAMOS, Natália. Espaços e tempo (s) das culturas do mar: perspectivas e desafios sociais, interculturais e de saúde. In: SERAFIM, José Francisco; SANTANA, Sergio Ricardo Lima (Orgs.) **Representações do meio ambiente: clima, cultura, cinema**. Salvador: Edufba, 2012, p. 87-107.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.



SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SAINT MARC, Philippe. **L'économie barbare**. Paris: Frison Roche, 1994.

SANTOS, Boaventura Sousa (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Porto: Afrontamento, 2003.

SANTOS, Boaventura Sousa (Org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Porto: Afrontamento, 2004.

SANTOS, Boaventura Sousa; MENESES, Maria Paula G.; NUNES, João Arriscado. Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, Boaventura Sousa (Org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Porto: Afrontamento, 2004, p. 19-101.

SAARINEN, Jarkko. Traditions of sustainability in tourism studies. **Annals of Tourism Research**, vol. 33, nº 4, p. 1121-1140, 2006.

SCHMIDT, Luisa; NAVE, Joaquim Gil; GUERRA, João. **Educação ambiental**. Lisboa: ICS, 2010.

SEVÁ, FILHO, Arsênio Oswaldo. Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera e hidroelétrica nas Amazônias. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Orgs.) **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 114-147.

SEIFFERT, Mari Elisabete Bernardini. **Gestão ambiental**: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. São Paulo: Atlas, 2007.

SOROMENHO-MARQUES, Viriato. **O futuro frágil**: os desafios da crise global do ambiente. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1998.

SUKHDEV, Pavan *et al.* **A economia dos ecossistemas e da biodiversidade. Integrando a economia da natureza:** uma síntese de abordagens, conclusões e recomendações do TEEB. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, PNUMA, 2010.

UNEP, ILO, IOE, ITUC. **Green jobs:** towards decent work in a sustainable, low-carbon world. Policy messages and main findings for decision makers. Nairobi: United Nations Office, 2008.

UNESCO. **Environmental education in technical and vocational education.** Paris: UNESCO, 1987.

UNESCO. **Environmental education.** Geneva: UNESCO – UNEP International Environmental Education Programme, 1990.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. **Principles for responsible management education PRME – A global initiative, a global agenda.** United Nations Global Compact Office, 2008.

UZAWA, Hirofumi. Instituições, desenvolvimento, ambiente. In: SILVA, Manuela *et al.* **Aspectos sociais e éticos da economia.** Lisboa: Comissão Nacional Justiça e Paz, 1994, p. 155-170.

VIVIEN, Franck-Dominique. **Économie et écologie.** Paris: La Découverte, 1994.

WCED. **Our common future,** World Commission on Environment and Development. Oxford: Oxford University Press, 1987 (Brundtland Report).

WORLD BANK. **Resettlement and development:** the bank wide review of projects involving involuntary resettlement 1986-1993. Washington: World Bank/EnvironmentDepartment, 1994.